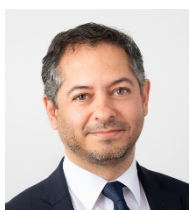


INOVAÇÃO NA ECONOMIA SOCIAL: UMA VOCAÇÃO, UMA OPORTUNIDADE E UM IMPERATIVO

FILIPE ALMEIDA

Presidente da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social



A reflexão sobre a Economia Social é também uma reflexão sobre o nosso futuro comum e sobre a forma como decidimos agir e organizar-nos coletivamente, constituindo por isso, atualmente, um dos debates da nossa vida. A sua influência no modo como vivemos é estruturante e o seu papel como agente de mudança sempre foi diferenciado. E se as iniciativas e práticas inovadoras nunca foram estranhas à Economia Social, elas podem hoje, mais do que nunca, contribuir para fortalecer a sua intervenção, aumentar a sua visibilidade e amplificar o seu impacto.

Nesse contexto, apresentam-se diversos desafios de modernização à Economia Social, tanto na forma como se organiza e opera, como na forma como contratualiza serviços com o Estado ou como integra princípios e objetivos de inovação na sua estratégia. Trata-se de um setor que oferece respostas sólidas e de grande alcance para necessidades e anseios sociais, amparando aqueles que entre nós são mais vulneráveis e reforçando laços de cooperação intracomunitária. A sua modernização é, por isso, um imperativo de desenvolvimento coletivo.

1.

Desafios de modernização da Economia Social

Sendo um conceito dinâmico e objeto de múltiplos entendimentos e apropriações históricas, o termo Economia Social tem origem francesa, na primeira metade do século XIX. Apesar das formas ancestrais de associação humana, a sua expressão institucional definitiva foi apenas consagrada após o reconhecimento formal, por parte do Estado, da

liberdade associativa. Originalmente, a ideia de Economia Social visava uma certa moralização da sociedade, ameaçada pela pobreza decorrente da industrialização, constituindo-se como uma filosofia moral assente em comunidades auto-organizadas apresentadas como alternativa aos excessos do sistema capitalista liberal¹.

Dois séculos depois, os princípios fundadores de associação, cooperação e solidariedade mantêm-se atuais e urgentes, mas o mundo mudou, a Economia Social foi institucionalizada e é hoje desafiada por novas exigências coletivas, por novos atores, novos métodos, novas atribuições. Tal como é atualmente entendida, a Economia Social refere-se, genericamente, ao conjunto de atividades coletivas que visam fins sociais com património privado, sendo constituída por organizações que, embora privadas, não visam fins lucrativos e, embora não sendo estatais, visam fins de serviço público ou social². Com ampla diversidade de representações e uma história secular repleta de avanços, recuos, mudanças e sobressaltos, três elementos mantêm-se estruturantes destas organizações e do setor que elas constituem. Primeiro, a sua **Missão social**, porque não visa satisfazer necessidades de consumo, mas sim necessidades de desenvolvimento humano. Segundo, o **Voluntariado**, não por ser um recurso necessário para operar, mas porque a Economia Social agrega as iniciativas da sociedade civil e o voluntariado é uma manifestação saudável de cidadania ativa, do desejo de cada um contribuir para melhorar a vida do Outro fora do seu círculo afetivo e de relações de proximidade, criando e fortalecendo desta forma os vínculos entre o cidadão e a comunidade. E terceiro, a **Inovação**, porque a Economia Social sempre se desenvolveu em torno da procura e experimentação de novas respostas para problemas sociais.

Assim, não sendo necessário discutir os fins a que se destina a Economia Social, claros nos propósitos e bons nas motivações, devem no entanto ser questionados os meios e os métodos, procurando identificar, nesse debate, alguns desafios estruturantes para a sua modernização. Estes desafios podem ser agrupados em três categorias: desafios relacionados com os **Recursos**, com a **Operação** e com o **Contexto**.

¹ Garrido, A.; Pereira, D. (2018). *A Economia Social em Movimento – Uma história das organizações*. Lisboa: Tinta-de-China

² Ruela, A & Albuquerque, C. (2016). *Accountability no Terceiro Setor em Portugal. Perspetivas, desafios e oportunidades*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra

Recursos

Do ponto de vista dos seus Recursos, destaca-se como um dos principais desafios **atrair jovens para o setor**, rejuvenescer os quadros qualificados e alargar o amplo conjunto de pessoas que nele participam diariamente, com ou sem remuneração. No entanto, os jovens não podem desejar o que não conhecem, por isso é necessário investir na sua Educação para que conheçam e reconheçam no setor da Economia Social a possibilidade rara de poderem conciliar um projeto de vida com um projeto de carreira. Mas para atrair mais jovens não basta formá-los e informá-los. É preciso também fazer evoluir os modelos de gestão e promover incentivos materiais adequados a quem deseje prosseguir uma carreira na Economia Social³.

Por outro lado, é também necessário **mobilizar mais investimento** de modo a complementar outras fontes de receita⁴, aproveitando o aumento exponencial de capital disponível no mundo para investimento de impacto, ou seja, investimento direcionado especificamente para projetos com impacto social⁵. Ora o setor da Economia Social é o principal contexto onde se dá esse impacto, tendo por isso um elevado potencial de atratividade para este novo tipo de investimento que prioriza o retorno em impacto social. Esta mobilização de investimento será certamente potenciada pela modernização da gestão e da comunicação, pela inovação dos métodos e pela medição e divulgação de resultados.

Operação

Do ponto de vista da Operação, ou seja, do modo como funcionam e se organizam as entidades que constituem a Economia Social, embora se trate de um universo muito heterogéneo, com níveis de maturidade organizacional e com âmbitos e escalas de atuação

³ Segundo a Conta Satélite da Economia Social publicada pela CASES e pelo INE, em 2016 a remuneração média do setor era 86,3% inferior à remuneração média da economia nacional. As associações têm uma remuneração média de 82,6% da média nacional e as Misericórdias apenas de 66%.

⁴ Segundo o Inquérito ao Setor da Economia Social publicado pelo INE, em 2018 as transferências ou subsídios representaram 28 % do total dos meios de financiamento das entidades da Economia Social, seguidas pelas prestações de serviços (22%) e pelos empréstimos (19%), representando os donativos apenas 5%.

⁵ Segundo o *Annual Impact Investor Survey 2020*, realizado pelo *Global Impact Investing Network* (GIIN), o mercado global de investimento de impacto era, em 2020, de 715 biliões de dólares. O crescimento deste mercado é assinalável nos últimos quatro anos: 508B USD (2019), 228B USD (2018), 114B USD (2017).

diversos, identificam-se seis desafios concretos para fortalecer o setor e as suas organizações, resumidos nos seguintes desígnios chave: **profissionalizar, inovar, digitalizar, colaborar, avaliar e comunicar.**

1. **Profissionalizar Gestão.** Parece faltar no modelo de governação de uma parte importante destas organizações a figura de um diretor geral executivo, remunerado, situado entre os corpos dirigentes voluntários e os corpos técnicos e operacionais. Mesmo sem alterar a sua matriz identitária, profissionalizar a gestão poderia contribuir para atrair competências qualificadas com todos os benefícios daí decorrentes para a capacidade de resposta e para o desenvolvimento das organizações da Economia Social.
2. **Inovar nos métodos e nas respostas.** Apesar da eficácia dos modelos de intervenção conhecidos e acomodados, é importante criar rotinas de melhoria contínua para promover inovação incremental nos métodos, e também procurar e experimentar soluções diferenciadas, alternativas, para responder aos problemas sociais em que já são especialistas. Uma cultura de inovação entre os colaboradores, inspirada pela visão dos dirigentes, e que convoque para o processo criativo outros agentes ou a própria comunidade é uma garantia de melhores respostas, mais sustentáveis e com maior potencial de impacto.
3. **Digitalizar.** As tecnologias de informação e de comunicação, assim como as soluções mais avançadas para tratamento de dados e até a Inteligência Artificial podem ser instrumentos poderosos para melhorar e amplificar a capacidade de intervenção da Economia Social. Para isso, é necessário abrir as metodologias a novas soluções de base tecnológica que possam tornar os processos mais eficientes e eficazes, estimular parcerias para desenvolver respostas inovadoras e reforçar e internalizar competências digitais nas equipas.
4. **Desenvolver Parcerias estratégicas.** Existe ainda um potencial inexplorado na Economia Social para desenvolver e aprofundar parcerias intrasectoriais. A racionalidade da gestão de recursos, o foco humano e social das intervenções e os constrangimentos de financiamento próprios do

setor impõem uma visão de futuro baseada em alianças estratégicas para partilha e reforço de boas práticas, partilha de recursos comuns, alargamento do impacto territorial e acesso conjunto a financiamento.

5. **Avaliar o Impacto.** O impacto social tornou-se nos últimos anos um termo de referência para avaliar a eficácia de políticas, de práticas e de metodologias de intervenção especialmente orientadas para responder a problemas sociais e combater desigualdades. As organizações da Economia Social têm, pela natureza da sua ação, impactos sociais muito relevantes, mas que raramente são avaliados e quantificados⁶. É por isso urgente aproveitar o conhecimento já existente para sistematizar, medir e tornar mais explícito o impacto social e transformacional das atividades que desenvolvem.
6. **Comunicar com eficácia.** Para atrair a juventude, para mobilizar profissionais qualificados, para potenciar os seus recursos, para captar investimento e para afirmar o seu papel como agente de mudança e parceiro prioritário no desenho e implementação de políticas públicas, é fundamental comunicar eficazmente com uma linguagem e uma narrativa adaptadas aos diferentes públicos. A comunicação, na Economia Social, é também um instrumento de mudança. E um setor que faz bem mas comunica mal fica a meio caminho do seu potencial como agente de transformação sistémica da sociedade.

Contexto

Do ponto de vista do seu Contexto, diversos desafios se apresentam à Economia Social, entre os quais se destaca o debate sobre o perímetro do setor, que inclui naturalmente formas de organização e de resposta mais tradicionais, mas que também pode incluir outras expressões coletivas com propósito social idêntico, desde a pequena iniciativa comunitária para melhorar a vida no bairro até, por exemplo, à *startup* social que desenvolve e

⁶ Segundo o Inquérito ao Setor da Economia Social publicado pelo INE, em 2018 cerca de 93% das organizações deste setor não haviam realizado qualquer diligência para medir o impacto social das suas intervenções e atividades.

democratiza o acesso a tecnologia para prevenção da doença mental. O convívio de múltiplas formas associativas e organizacionais com o mesmo fim convergente de dar resposta a necessidades de desenvolvimento humano é uma das maiores riquezas diferenciadas da Economia Social.

Enquadra-se neste debate a ampla discussão em torno das **Empresas Sociais**, conceito que remete para as formas de organização presentes no contexto da Economia Social e que, em Portugal, têm, historicamente, como modelos gerais mais significativos as cooperativas sociais, as organizações não lucrativas empreendedoras, as empresas sociais de integração pelo trabalho, as empresas sociais da economia solidária e os negócios sociais⁷. O perímetro do setor tem sido especialmente desafiado por este último modelo onde se incluem sociedades sob a forma comercial com missão social. Estas empresas têm habitualmente o foco da sua atividade no impacto social, cumprindo a sua missão mediante uma atividade comercial geradora de receitas que permite a sustentabilidade da intervenção, conciliando assim o impacto com o retorno económico. Existem também soluções organizacionais híbridas onde paralelamente à missão social se desenvolve uma atividade comercial não relacionada com essa missão, com o objetivo de financiar a intervenção social. Em ambos os casos, é a atividade comercial que serve a missão social e não o contrário como acontece com frequência no setor privado empresarial lucrativo. A atividade mercantil não é estranha à Economia Social, mas há um novo empreendedorismo social, conciliatório e qualificado, que tem vindo a desafiar a identidade clássica do setor privado e do setor cooperativo e social, e que deve ser pensado e enquadrado à luz das exigências éticas e da vocação transformadora das novas gerações que não podem mais ser ignoradas ou adiadas.

Por outro lado, as iniciativas de **Inovação Cidadã**, de base comunitária e habitualmente sem uma estrutura formal, também provocam as fronteiras da Economia Social. Estas iniciativas traduzem-se frequentemente em laboratórios de cidadãos que promovem a coconstrução de soluções experimentais para problemas sociais com tecnologias e metodologias abertas e com o fundamental envolvimento da própria comunidade afetada, que assim deixa de ser recetora passiva de ações institucionais para

⁷ Ferreira, S. (2021). *A variedade das empresas sociais em Portugal: das trajetórias institucionais às características organizacionais*. Revista ES – Economia Social (12). CASES, Abril 2021



converter-se em protagonista e produtora das suas próprias soluções⁸. As bem-sucedidas experiências recentes de Inovação Cidadã em Espanha (Madrid, Barcelona, Saragoça e Granada) e na rede de 12 países ibero-americanos⁹, com 37 Laboratórios experimentais onde se incluem dois Laboratórios em Portugal¹⁰, parecem ser uma inspiração sólida para esse fortalecimento da participação cidadã. Estas experiências tenderão a multiplicar-se, em diversos formatos e escalas, potenciando novas respostas e aprofundando movimentos locais orgânicos sem uma estrutura formal ou um claro enquadramento institucional. São também elas manifestações de saúde coletiva, promotoras de mudança social através da associação informal de comunidades locais, afinal um dos princípios fundadores da Economia Social ainda presente no subsector comunitário e autogestionário, que as deve por isso reconhecer, acolher e valorizar.

Mas os desafios de modernização da Economia Social também colocam desafios relevantes ao setor público e ao Estado. Desde logo, na forma como as políticas públicas incentivam ou desincentivam o seu desenvolvimento, quer através do papel que lhe atribuem como interlocutor no diálogo com a sociedade, quer através da valorização da sua ação como agente económico relevante, quer através da forma como são contratualizados serviços públicos. Neste caso, a contratualização pode também evoluir para soluções híbridas que aprofundem critérios relacionados com a qualidade do serviço prestado mediante o bem-estar e a mudança gerada nos destinatários e na comunidade. Assim, a **contratualização de resultados**, ajustada às características de cada região e utente, com indicadores consensualizados, poderia constituir um importante incentivo à modernização da Economia Social, valorizando o impacto e estimulando e financiando a melhoria das soluções.

⁸ A filosofia e as práticas do Desenvolvimento Local, de base territorial e com uma matriz histórico-cultural enraizada em Portugal, são também uma clara evidência desse potencial de cidadania participativa.

⁹ <https://www.innovacionciudadana.org/pt-pt/>

¹⁰ Mota, J. C. (2019). *Construir Comunidade*. Jornal Público, 11.06.2019

2.

A oportunidade da Inovação Social

A Economia Social sempre foi berço de importantes inovações para a transformação de relações sociais e combate a desigualdades estruturais. No entanto, nunca existiram no passado condições tão favoráveis como atualmente para que a inovação, nesse contexto, se consolide como método participativo, como condição de desenvolvimento social e económico, e contribuição central para a evolução de políticas públicas.

A **Inovação Social** vem-se afirmando como paradigma de uma nova forma de pensar a intervenção social, convocando cidadãos, empreendedores e organizações sociais para em conjunto procurarem e experimentarem novas respostas para os desafios sociais e ambientais cada vez mais complexos e interdependentes que enfrentamos. Com jovens mais qualificados e conscientes das desigualdades, mais atentos às agressões ambientais e empenhados em impactar positivamente o mundo, a Inovação Social constitui uma das maiores oportunidades de transformação social e económica do nosso tempo. As políticas públicas têm, nesse contexto, um papel decisivo na criação de condições para o desenvolvimento deste novo empreendedorismo social, gerador de emprego e promotor de mudança social.

Em Portugal, graças ao financiamento europeu, foi possível criar um programa pioneiro de política pública, a **Portugal Inovação Social**, para promoção da Inovação Social e do empreendedorismo social, que mobilizou recursos do Fundo Social Europeu no âmbito do Acordo de Parceria Portugal 2020. Com quatro instrumentos de financiamento especificamente desenhados para estimular a Inovação Social, com especial incidência no setor da Economia Social, foram aprovados até à data 581 candidaturas de projetos de inovação social, representando mais de 110 milhões de euros de financiamento. Destes, cerca de 92 milhões de euros destinaram-se a apoiar 382 organizações da Economia Social de um total de 418 entidades financiadas¹¹. Portugal tornou-se, assim, num grande

¹¹ Este financiamento inclui também uma relevante mobilização de investimento social junto de entidades públicas e privadas cofinanciadoras destes projetos, representando mais de 35 milhões de euros do valor total, dos quais 27 milhões de euros especificamente destinados a projetos desenvolvidos por organizações da Economia Social.

laboratório experimental de novas respostas sociais, constituindo esta iniciativa um caso de referência internacionalmente reconhecido e estudado.

O sucesso da Portugal Inovação Social deve-se a vários fatores, entre os quais se destaca o elevado potencial criativo, qualificado e experiente, de empreendedores e de organizações sociais que lidam de perto com grupos sociais mais vulneráveis. Junta-se ainda a esta capacidade criativa o crescimento dos movimentos de cidadania participativa, o interesse crescente de investidores e de filantropos individuais e institucionais, além de um setor público mais atento e disponível para estimular e conhecer propostas inovadoras da sociedade civil.

A Inovação Social desafia o Estado, os cidadãos e os investidores. É um propósito, mas também é um método, e pode efetivamente ser um instrumento poderoso para a reconstrução social e económica pós-pandémica, aproveitando as diversas dimensões do seu potencial como:

1. **Metodologia para experimentar, em parceria com a sociedade civil, novas respostas para melhorar as políticas públicas.** A Inovação Social permite a prototipagem de políticas públicas, ou seja, experimentar novas respostas e soluções para problemas sociais, com baixo custo para o Estado e um elevado potencial de sucesso (com envolvimento de empreendedores sociais experientes, comunidades locais, municípios, e uma ligação real das soluções aos territórios).
2. **Promotora do desenvolvimento de regiões mais desfavorecidas.** O empreendedorismo social tem uma vocação de proximidade aos territórios, deslocando-se frequentemente dos grandes centros urbanos para se aproximar das comunidades mais vulneráveis, instalando assim competências e promovendo emprego qualificado em regiões menos favorecidas.
3. **Potenciadora de parcerias intersectoriais.** As mudanças sociais e económicas que Portugal necessita não serão alcançáveis sem o envolvimento ativo da sociedade civil e a estreita parceria entre setores. A Inovação Social é das poucas áreas que requer e promove verdadeiras

parcerias intersectoriais, provocando a convergência de interesses entre os setores público, privado e o cooperativo e social.

4. **Oportunidade para dar resposta aos anseios e projetos de vida das novas gerações.** A consciência social e ambiental dos jovens atuais, prioritariamente preocupados com o impacto da sua ação na comunidade e na Natureza, exige uma resposta de organização económica que mobilize a sua energia criativa e solidária e lhes permita contribuir ativamente, profissionalmente, para os processos de transformação social, económica e ambiental dos quais depende a nossa sobrevivência coletiva.
5. **Veículo para fortalecer a Economia Social.** Porque a Inovação Social é uma oportunidade para aumentar o potencial e impacto transformador do setor, fortalecendo as suas estruturas e os seus métodos, tornando-o mais atrativo.

A Inovação Social está portanto em sintonia com as grandes preocupações contemporâneas da Humanidade¹², dando resposta a exigências críticas do presente e do futuro através da prevenção de problemas prementes já instalados e outros potenciais que ainda não conhecemos. A sua expansão e consolidação não é independente da própria evolução da Economia Social, que pode não apenas oferecer enquadramento para as novas tendências, mas também evoluir com elas.

3.

Contribuições para reconstruir um futuro melhor do que o passado

A pandemia COVID-19 provocará provavelmente mudanças profundas na forma como nos organizamos e atuamos coletivamente. Além do trágico impacto na saúde, a sua ameaça e consequências revelaram algumas fragilidades estruturais nos modelos de organização económica e social. Agudizaram-se desigualdades e foram criadas novas

¹² Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), constantes da Agenda 2030 publicada pela Organização das Nações Unidas em 2015 (<https://sdgs.un.org/goals>), não serão alcançáveis sem inovações incrementais e disruptivas, metodológicas e substantivas. Toda a Inovação Social contribui de alguma forma para o cumprimento dos ODS.

exclusões. A Economia Social tem sido convocada de muitas formas a responder às urgências imediatas, mas também pode ter um papel decisivo no redesenho de políticas para reconstruir um futuro melhor do que o passado.

Pilar Europeu dos Direitos Sociais

No contexto europeu, destaca-se o **Pilar Europeu dos Direitos Sociais (PEDS)** e, dentro dele, o compromisso de adotar um **Plano de Ação para a Economia Social**, aguardado há muito tempo, que se espera venha a ser apresentado no último trimestre de 2021, já sob tutela da Eslovénia na Presidência do Conselho da União Europeia. Este plano, atualmente em discussão pública, poderá ser uma peça estruturante para a afirmação e desenvolvimento da Economia Social na Europa, respondendo a reivindicações antigas e integrando porventura também novos conceitos e preocupações. Quanto ao PEDS, os seus 20 princípios centram-se essencialmente no Emprego, nas Condições de Trabalho e em algumas dimensões de Proteção e Inclusão Social¹³. Ora uma parte significativa da qualidade do Emprego depende da qualidade da Educação, da efetiva garantia de direitos e da saúde da Economia. E não há uma Economia forte e saudável sem uma Sociedade forte e saudável. E não há – ou não deveria haver – uma Economia dinâmica e inovadora sem uma Sociedade coesa, criativa e qualificada. Não será por isso possível cumprir com eficácia os princípios do PEDS sem a contribuição ativa da sociedade civil. E essa contribuição organiza-se no contexto do amplo setor da Economia Social.

Capital Europeia da Economia Social

Também em 2021 competiu a Portugal indicar a **Capital Europeia da Economia Social**, inserida no âmbito da Presidência Portuguesa do Comité de Monitorização da Declaração do Luxemburgo. Sob proposta da CASES, o modelo original escolhido foi o de nomear não uma cidade, mas uma Rede de Cidades – Braga, Cascais, Coimbra, Sintra e Torres

¹³ Parece no entanto faltar um 21º princípio que favoreça a eficácia das soluções desenhadas e implementadas para alcançar os objetivos subjacentes aos restantes princípios do PEDS: o princípio da **Cidadania Participativa**. Este princípio implícito remete para a possibilidade de cada cidadão poder participar e contribuir ativamente para a construção de soluções que visam melhorar a sua vida e a dos outros. E este também é um direito social.



Vedras – que assumirão, assim, em 2021, o estatuto de Capital Europeia da Economia Social. Em Braga o tema eleito para o arranque formal das iniciativas foi a Inovação Social, mas todas são de alguma forma precursoras de inovação com dinâmicas territoriais muito relevantes no setor da Economia Social. Além de robustas respostas mais tradicionais, **Cascais** viu também nascer o IES *Social Business School* e a cooperativa SEA Agência de Empreendedores Sociais. **Coimbra** acolhe a sede da Portugal Inovação Social e tem uma incubadora de inovação social, a i9social, integrada numa das mais reputadas incubadoras portuguesas promotoras de inovação e transferência de tecnologia. **Sintra** promoveu a criação do Fablab no seu território e tem ampla parceria com a Fundação Aga Khan em projetos inovadores de elevado impacto. **Torres Vedras** financia a Rádio Escolas e tem uma dinâmica crescente de respostas inovadoras. E **Braga** é um dos maiores investidores municipais do país em projetos de inovação social apoiados pela Portugal Inovação Social, com projetos emblemáticos como o Centro de Inovação Social de Braga *Human Power Hub*.

Centro Nacional de Competências para a Inovação Social

Além das múltiplas iniciativas europeias que visaram financiar e promover a Inovação Social no atual período de programação, na transição para o seguinte a Comissão Europeia lançou em 2020 um concurso para consórcios de Estados Membros (EM) com o objetivo de criar **Centros Nacionais de Competências para a Inovação Social**. Com a aprovação recente dos vários consórcios europeus, onde se inclui Portugal, prevê-se que durante os próximos dois anos os EM colaborem ativamente entre si para partilhar boas práticas e cocriar os seus Centros Nacionais de Competências para a Inovação Social, cujo papel pode ser decisivo na consolidação desta agenda ao nível europeu e dinamização dos ecossistemas nacionais. Portugal desenvolverá o seu projeto em estreita colaboração com os seus parceiros de consórcio – Irlanda, Bulgária e Chipre – e também com o apoio de parceiros nacionais, como a Fundação Calouste Gulbenkian, pioneira da moderna Inovação Social no país, ainda o maior investidor e promotor privado desta agenda de transformação social.

Por outro lado, o novo Acordo de Parceria para o período 2021-2027 representa uma oportunidade única para consolidar o papel do país como referência mundial da

Inovação Social, potenciando a elevada visibilidade internacional que já tem. E isto significa criar uma verdadeira rotina de melhoria contínua de políticas públicas, em real parceria colaborativa com a sociedade civil, com o setor cooperativo e social e com o setor privado, com todos os efeitos secundários relevantes: atração de investimento, mobilização dos jovens, geração de emprego qualificado, desenvolvimento das regiões menos favorecidas, experimentação de soluções adaptadas a cada território; ou o combate efetivo às desigualdades. Um roteiro em tudo coincidente com os próprios desígnios da Economia Social.

4.

Conclusão

Na encruzilhada de desafios existenciais que enfrentamos, a viabilidade do futuro requer inovação e mobilização dos recursos mais criativos e das instituições mais dinâmicas. É preciso mobilizar a energia da **sociedade civil**, a experiência das **instituições sociais**, a disponibilidade das **comunidades locais**, o talento dos **empreendedores**, o compromisso dos **investidores** e a visão das **políticas públicas**. É preciso aprofundar as parcerias intersectoriais. É preciso mobilizar as pessoas e as comunidades e envolvê-las na coconstrução de soluções inovadoras. É isto que inspira a Inovação Social, tal como a entendemos e procuramos hoje. É também este um propósito íntimo, distintivo e valioso, da Economia Social.

Num tempo de tantas dispersões, talvez ainda não tenhamos encontrado uma boa solução para ajudar os jovens a entender que papel podem ter na construção de um futuro radicalmente melhor. Mas se conseguirmos mostrar-lhes um caminho onde projeto de vida e projeto de carreira coincidem, talvez demos a resposta que todos – nós e eles – precisamos e talvez tenhamos salvação. A Economia Social pode ser um desses caminhos, saibamos nós torná-la transitável para os mais novos.